

**PREGÃO ELETRÔNICO**

PR-168/0015/2026

**CONTRATANTE (UASG)**

180.168 – COMANDO DE POLICIAMENTO DE CHOQUE – PMESP

**OBJETO**

Serviço de Confecção de Tapetes e Capachos Personalizados para o CPChq e Unidades Subordinadas

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 65.047,00 (sessenta e cinco mil e quarenta e sete reais)

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia **02/06/2026** às **09h** (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor preço por item

**MODO DE DISPUTA:**

Aberto

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

SIM



Baixe o app [Compras.gov.br](https://compras.gov.br)  
e apresente sua proposta

## SUMÁRIO

1. DO OBJETO.....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS .....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	6
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	7
7. DA FASE DE JULGAMENTO.....	10
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	12
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	14
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	14
11. DOS RECURSOS .....	14
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	15
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	18
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	19

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO  
COMANDO DE POLICIAMENTO DE CHOQUE  
UASG – 180.168**



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº PR-168/0015/2026**

(Processo Administrativo nº **057.00051983/2026-16**)

Torna-se público que o(a) **GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, por meio do(a) **COMANDO DE POLICIAMENTO DE CHOQUE**, sediado(a) **RUA JORGE MIRANDA, 789 - LUZ, SÃO PAULO - SP, 01106-000**, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

**1. DO OBJETO**

- 1.1. O objeto da presente licitação é **Serviço de Confecção de Tapetes e Capachos Personalizados para o CPChq e Unidades Subordinadas**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.
- 1.2. A licitação será realizada em único item.

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
- 3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para o item objeto desta licitação, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#) (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10), nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

3.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no art. 5º da [Lei nº 12.690, de 2012](#).

3.11. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido

estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10).

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.



5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 1% (um por cento).**
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.
- 6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

- 6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.
- 6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.
- 6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.
- 6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1. Sicafe;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.
- 7.12. Considerando a exigência de apresentação de amostra(s) descrito no Termo de Referência, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, sob pena de não aceitação da proposta caso não seja enviado.
- 7.12.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a avaliação da(s) amostra(s) (em conformidade com a exigência estabelecida neste Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.12.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.12.3. Se não houver entrega da(s) amostra(s) ou se ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou se houver entrega de amostra(s) fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.12.3.1. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes na documentação que integra este Edital como Anexo.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.
- 8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para

atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):



8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:



- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
- 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. **Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo e-mail: [gabrielspina@policiamilitar.sp.gov.br](mailto:gabrielspina@policiamilitar.sp.gov.br) ou [cpchquge@policiamilitar.sp.gov.br](mailto:cpchquge@policiamilitar.sp.gov.br) .**

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
- 12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:
- 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 12.1.5.4. deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital; ou
- 12.1.5.5. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;
- 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
- 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.10.3. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).
- 12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. advertência;
- 12.2.2. multa;
- 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:**
- (1) Multa Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;**
- (2) Multa Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.**
- (a) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.**
- (3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos subitens 12.1.8 a 12.1.12, de 10% a 30% do valor do Contrato.**
- (4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no subitem 12.1.3, de 10% a 30% do valor do Contrato. EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº PR-168/0003/2026 P á g i n a 16 | 59**
- (5) Para infração descrita no subitem 12.1.2, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.**
- (6) Para infrações descritas nos subitens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.**
- (7) Para infrações descritas no subitem 12.1.7, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.**
- (8) Para a infração descrita no subitem 12.1.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações.**

**12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).**

12.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.5. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no [art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.12. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.13. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.15. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.16. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse

valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.17. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.18. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.19. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. **A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) e-mails: [gabrielspina@policiamilitar.sp.gov.br](mailto:gabrielspina@policiamilitar.sp.gov.br) ou [cpchquge@policiamilitar.sp.gov.br](mailto:cpchquge@policiamilitar.sp.gov.br)**

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. **As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet [compras.gov.br](http://compras.gov.br), sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.**

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

## 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#). Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da [Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

14.2.1.5.3. a apresentação do registro ou inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU competente, com o visto do CREA/SP ou do CAU/SP, conforme o caso, se o local do registro ou inscrição for situado em região não compreendida na área de jurisdição da referida entidade, observada a legislação aplicável.

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).



14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no [Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025](#), e na [Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026](#), quando for o caso.

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

**14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no site eletrônico compras.gov.br.**

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

**14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:**

14.16.1. **ANEXO I - Termo de Referência;**



- 14.16.1.1. ANEXO I.1 – Estudo Técnico Preliminar;**
- 14.16.1.2. ANEXO I.2 – Artes e Medidas dos Tapetes e Capachos;**
- 14.16.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;**
- 14.16.3. ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;**

São Paulo, na data da assinatura digital.

**JESSICA REGINA DE OLIVEIRA GUERRA**  
1º Ten PM - Chefe UGE  
Subscritora do Edital

**ANEXO I****TERMO DE REFERÊNCIA****1. Condições Gerais da Contratação**

1.1. Contratação de serviço de Confecção de Tapete/Capacho, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Confecção de Tapetes /Capachos	15865	UNIDADE	1	65.047,00	65.047,00

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. o serviço objeto desta contratação é caracterizados como serviço comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023;

1.3. o prazo de vigência da contratação é de no máximo 1 (um) ano, contados da celebração do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021;

1.4. o contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

**Subcontratação**

1.5. O contrato não poderá subcontratar, ceder ou transferir , total ou parcialmente, o objeto contratual.

**2. Fundamentação e Descrição****Fundamentação e Descrição da Necessidade da Contratação**

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizada em tópicos específico do estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

**3. Descrição da Solução****Descrição da Solicitação Como Um Todo Considerando o Ciclo de Vida do Objeto**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Especificação técnica dos capachos institucionais personalizados

3.2.1. Capacho Institucional personalizado, de uso em ambientes militares, confeccionado sob medida para unidades de Policiamento de Choque da Polícia Militar do Estado de São Paulo, não podendo ser adaptado de outras finalidades residenciais ou comerciais.

3.2.2. Os capachos têm como objetivo principal promover a limpeza dos ambientes, reduzir o acúmulo de sujeiras, preservar os pisos das unidades e contribuir com a segurança física, além de fortalecer a identidade institucional das organizações policiais por meio da aplicação de brasões e elementos gráficos oficiais da PMESP.

3.2.3. Os capachos devem ser confeccionados em material de alta resistência, de uso profissional, com propriedades de absorção de água, retenção de sujeira, durabilidade prolongada, antiderrapante e com acabamento emborrachado. 3.2.4. Material da superfície (Fibra): 100% poliamida (nylon 6.6), fibra de alta performance, com tratamento térmico e tintura de alta fixação.

A poliamida é superior ao polipropileno por apresentar maior absorção de umidade (essencial para secagem de calçados molhados), maior resistência à abrasão e ao desbotamento, maior resiliência e durabilidade.

3.2.5. Altura do pelo: 8mm (+/- 1mm);

3.2.6. Gramatura da superfície têxtil:  $\pm 900 \text{ g/m}^2$ .

3.2.7. Base antiderrapante: 100% borracha nitrílica (NBR) ou PVC de alta densidade, com espessura de no mínimo 2,5 mm, com reforço antiderrapante.

A base deverá ser inteiriça, resistente à torção, antifadiga, antichama, e apresentar propriedades antiderrapantes em piso seco e molhado.

A base deverá apresentar bordas rebaixadas (chanfradas) nas quatro extremidades, para prevenir tropeços e facilitar o tráfego de pessoas.

3.2.8. Construção e processo de fabricação: confeccionado pelo sistema de tufting (agulhado), com fibras cortadas uniformemente e fixadas em base termofundida.

3.2.9. Logotipo personalizado confeccionado por meio de injeção digital de tinta (jet print) ou termo transferência de alta resolução, com cores vivas, nítidas e resistentes a desbotamento.

3.2.10. O capacho deverá manter a fidelidade da identidade visual institucional, conforme arte a ser aprovada pela contratante.

3.2.11. Acabamento de borda deverá ser do tipo borda rebaixada em moldura de borracha vulcanizada, colada e /ou fundida à base.

3.2.12. Propriedades técnicas mínimas exigidas: capacidade de absorção de água de no mínimo 4 litros por metro quadrado.

3.2.13. Capacidade de retenção de sujeira sólida: mínima de 800g por metro quadrado.

3.2.14. Durabilidade esperada: mínima de 2 anos em uso contínuo com tráfego de 250 a 500 passagens diárias.

3.2.15. Solidez da cor à luz e lavagens: mínimo de nota 4 na escala ISO 105-B02 (luz) e ISO 105-C06 (lavagem).

3.2.16. Antichamas: autoextinguível conforme ISO 13501 (classificação Bfl-s1, desejável).

3.2.17. Antiderrapância: coeficiente de atrito dinâmico mínimo de 0,6 (norma ASTM C1028).

### **3.2.18. Dimensões e Quantidades**

#### **a) Comando de Policiamento de Choque – CPChq**

- 2 (dois) capachos medindo **1,70 m x 1,00 m**, com personalização institucional;
- 1 (um) capacho medindo **3,00 m x 3,00 m**, com personalização institucional;
- 2 (dois) capachos medindo **0,60 m x 0,80 m**, com personalização institucional.

#### **b) 1º Batalhão de Polícia de Choque – 1º BPChq**

- 35 (trinta e cinco) capachos medindo **1,35 m x 0,60 m**, com personalização institucional;

- 10 (dez) capachos medindo **0,80 m x 0,40 m**, com personalização institucional.

**c) 4º Batalhão de Polícia de Choque – 4º BPChq**

- 2 (dois) capachos medindo **2,40 m x 1,50 m**, com personalização institucional;
- 2 (dois) capachos medindo **1,50 m x 0,90 m**, com personalização institucional;
- 16 (dezesesseis) capachos medindo **0,90 m x 0,60 m**, na cor preta, com personalização institucional.

**d) 4º Batalhão de Polícia de Choque – Companhia de Operações Especiais (COE)**

- 7 (sete) capachos medindo **0,70 m x 0,50 m**, com personalização institucional da Companhia.

**e) 4º Batalhão de Polícia de Choque – Grupo de Ações Táticas Especiais (GATE)**

- 2 (dois) capachos medindo **1,55 m x 0,70 m**, com personalização institucional;
- 3 (três) capachos medindo **0,80 m x 0,80 m**, com personalização institucional.

**f) 5º Batalhão de Polícia de Choque – Canil (5º BPChq)**

- 5 (cinco) capachos medindo **1,70 m x 1,30 m**, na cor azul royal, com símbolo institucional do Batalhão;
- 5 (cinco) capachos medindo **1,70 m x 1,30 m**, na cor preta, sem personalização.

#### 4. Requisitos da Contratação

##### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser atendidos os seguintes requisitos técnicos, ambientais, administrativos e legais:

4.1.1. A execução da contratação deverá observar os princípios da sustentabilidade ambiental, social e econômica, nos termos do artigo 5º do Decreto Federal nº 10.887/2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 01/2020 e da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), priorizando a aquisição de bens duráveis, de menor impacto ambiental, com ciclo de vida prolongado e possibilidade de reaproveitamento ou reciclagem ao final de sua vida útil.

4.1.2. Os capachos institucionais deverão ser confeccionados com materiais de alto desempenho técnico e ambiental, preferencialmente com insumos recicláveis ou passíveis de reaproveitamento parcial, com base em borracha nitrílica (NBR) ou PVC de alta densidade, isentos de substâncias tóxicas, metais pesados, solventes nocivos e ftalatos, garantindo a segurança dos usuários e a conformidade com a legislação sanitária e ambiental vigente.

4.1.3. Os produtos fornecidos deverão ser acompanhados de certificações, declarações do fabricante ou laudos técnicos que comprovem suas características de desempenho, qualidade e conformidade ambiental, podendo ser exigidos, quando aplicável, certificados do INMETRO, relatórios de ensaios laboratoriais e certificações de sistemas de gestão da qualidade e ambiental, tais como ISO 9001 e ISO 14001.

4.1.4. A contratada deverá fornecer garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses contra defeitos de fabricação, desbotamento excessivo, descolamento da base, deformações estruturais, perda das propriedades antiderrapantes ou falhas na impressão e fixação do logotipo institucional, contados a partir da data do recebimento definitivo dos produtos pela Administração.

4.1.5. É vedada a indicação de marca, modelo ou fabricante específico para os materiais empregados na confecção dos capachos, em observância aos princípios da isonomia e da competitividade. A empresa contratada deverá apresentar, quando solicitada, amostras físicas e fichas técnicas dos materiais utilizados, que deverão atender integralmente aos requisitos mínimos deste Termo de Referência, sendo expressamente proibido o

fornecimento de produtos genéricos, de baixa resistência, reaproveitados ou adaptados de usos residenciais ou comerciais sem prévia homologação da contratante.

4.1.6. A contratada será responsável pela destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, rejeitos, sobras de produção ou produtos recusados por não conformidade, devendo realizar o recolhimento, transporte e descarte por meio de empresas ou sistemas licenciados e legalmente habilitados, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

4.1.7. O descumprimento de quaisquer exigências técnicas, ambientais, legais ou contratuais previstas neste Termo de Referência poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021, incluindo, conforme o caso, advertência, multa, rescisão contratual e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública.

## **4.2. Vistoria Técnica**

4.2.1. Fica dispensada a realização de vistoria técnica prévia aos locais de instalação, tendo em vista que as dimensões, características técnicas e condições de uso dos capachos encontram-se suficientemente descritas neste Termo de Referência e em seus anexos, não sendo necessária a avaliação in loco para a adequada formulação das propostas.

## **5. Modelo de Execução de Objeto**

### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- a) Após a assinatura do contrato, a empresa contratada deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, apresentar as propostas gráficas digitais (mockups) dos capachos institucionais personalizados, correspondentes a cada unidade da Polícia Militar contemplada, contendo brasões, logotipos e elementos gráficos oficiais, em conformidade com as diretrizes visuais fornecidas pela Administração.
- b) As artes deverão ser enviadas em formato digital, com resolução mínima de 300 DPI, e serão submetidas à análise e aprovação formal da contratante, que poderá solicitar ajustes visando à fidelidade à identidade institucional, à legibilidade e à harmonia visual.
- c) Após a aprovação das artes gráficas, a contratada deverá confeccionar um exemplar (capacho piloto) para cada unidade policial representada no contrato, considerando o modelo e dimensões específicas atribuídas a cada uma.
- d) Os capachos piloto deverão ser entregues em até 15 (quinze) dias corridos após a aprovação das artes, para fins de verificação técnica e estética da confecção, compreendendo análise da qualidade dos materiais, precisão do acabamento, fidelidade de cores e elementos gráficos.
- e) A Administração terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para inspecionar e emitir parecer sobre os capachos piloto entregues. Caso sejam aprovados, será emitida autorização para a produção integral dos itens restantes.
- f) Constatadas irregularidades, divergências ou falhas nos modelos apresentados, a contratada será notificada para realizar as correções e reapresentar os capachos piloto no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, sem ônus adicional à Administração.
- g) Somente após a aprovação formal dos capachos piloto será autorizada a confecção do quantitativo total, conforme especificações e distribuição por unidade descritas neste Termo de Referência.
- h) A empresa terá até 30 (trinta) dias corridos para concluir a produção e realizar a entrega integral dos capachos, observando as embalagens adequadas, proteção contra danos e identificação por unidade destinatária.

- i) A entrega deverá ocorrer diretamente nos endereços das unidades da Polícia Militar constantes deste documento, sob responsabilidade da contratada, incluindo os custos com transporte, manuseio, descarregamento e disposição nos locais indicados.
- j) A conferência da entrega será feita por servidor designado, com registro da conformidade quanto às dimensões, materiais, artes e acabamento, resultando na emissão de Termo de Recebimento Provisório.
- k) Após a constatação da plena conformidade dos itens entregues e ausência de pendências, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo, momento a partir do qual terá início a contagem do prazo de garantia contratual.
- l) Eventuais não conformidades técnicas, visuais ou físicas nos capachos entregues deverão ser corrigidas pela contratada, mediante substituição dos itens defeituosos no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, sem qualquer custo adicional para a **Administração**.

## 5.2. Local e horário da prestação dos serviços.

5.2.1. O horário da entrega dos capachos nas unidades acima mencionados deverá ocorrer exclusivamente em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no período das 08h00 às 17h00, com prévio agendamento e acompanhamento da equipe técnica designada pela contratante.

## Unidade / Endereço completo

4º Batalhão de Polícia de Choque (4º BPChq) e também Cia COE e GATE (mesmo local)	Av. Tenente Júlio Prado Neves, nº 965 - Vila Albertina - CEP: 02370-000
Comando de Policiamento de Choque (CPChq)	Rua Dr. Jorge Miranda, nº 789 – Luz – São Paulo/SP – CEP: 01106000
1º Batalhão de Polícia de Choque (1º BPChq – ROTA)	Av. Tiradentes, nº 440 – São Paulo/SP - CEP: 01101-010
5º Batalhão de Polícia de Choque (5º BPChq – Canil)	Av. Tenente Júlio Prado Neves, nº1111 - Vila Albertina - CEP: 02370-000

## 5.3. Rotinas a serem cumpridas.

A empresa contratada deverá observar, rigorosamente, as seguintes rotinas durante a execução do objeto:

5.3.1. Comunicação e agendamento: Estabelecer contato prévio com os responsáveis pelas unidades militares para agendar a entrega e instalação dos capachos, respeitando os horários indicados neste Termo de Referência. Qualquer alteração de cronograma deverá ser solicitada com antecedência mínima de 48 horas e formalmente justificada.

5.3.2. Apresentação das artes para aprovação: Após a aprovação formal da contratação, a empresa deverá encaminhar as artes digitais dos capachos personalizados, de cada unidade, em alta resolução, para validação e aprovação oficial da contratante. A contratada somente poderá dar prosseguimento à confecção após aprovação expressa e documentada da arte.

5.3.3. Produção piloto por unidade: Com as artes aprovadas, a contratada deverá confeccionar um capacho piloto para cada unidade, representando fielmente o modelo final. Esses capachos piloto serão avaliados pela contratante quanto à qualidade do material, precisão da arte, acabamento, cores, fidelidade institucional e aderência ao piso. Somente após a aprovação formal dos modelos piloto, a contratada poderá iniciar a produção integral do restante dos capachos.

5.3.4. Entrega e instalação:



A entrega e instalação dos capachos deverão ser realizadas com transporte adequado, de forma a preservar a integridade física do material. A instalação deverá ocorrer nos locais designados por cada unidade, conforme orientação da autoridade responsável local.

5.3.5. Garantia de qualidade:

A contratada deverá assegurar que todos os capachos entregues estejam em conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, bem como perfeito estado de conservação e acabamento, livre de falhas, rasgos, descolamentos ou imperfeições.

5.3.6. Responsabilidade pelo descarte de materiais:

A contratada será responsável por recolher e dar destinação ambientalmente adequada a quaisquer resíduos ou embalagens gerados durante a entrega e instalação, respeitando as normas de sustentabilidade e descarte responsável.

5.3.7. Garantia e suporte:

A contratada deverá prestar assistência técnica durante o período de garantia, responsabilizando-se por substituições, reparos ou ajustes decorrentes de falhas de fabricação ou vícios ocultos.

5.3.8. Lavagem teste dos capachos-piloto:

Após a entrega dos capachos-piloto por unidade, e antes do início da produção definitiva, a contratante poderá submeter os referidos modelos a ensaios de lavagem com detergente neutro e água corrente, utilizando métodos manuais ou mecânicos, com o objetivo de:

5.3.8.1. Avaliar a resistência da tintura e a fixação do logotipo;

5.3.8.2. Verificar a estabilidade dimensional do capacho após secagem;

5.3.8.3. Analisar a aderência da base antiderrapante em condições de uso molhado;

5.3.8.4. Confirmar a resiliência das fibras e manutenção das propriedades de absorção e retenção de sujeira. Caso o capacho-piloto apresente desbotamento excessivo, deformações, descolamento de base ou qualquer outro comprometimento da qualidade visual ou funcional após a lavagem teste, o lote deverá ser reprovado, sendo exigida a adequação imediata do produto pela empresa contratada antes da autorização para produção final.

A lavagem teste será registrada por meio de relatório técnico simples, com fotografias comparativas (antes/depois), lavrado pela equipe responsável da contratante.

5.4. Especificação da garantia do serviço

Garantia do serviço e dos materiais

5.4.1. A contratada deverá oferecer garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses para os capachos fornecidos, contados a partir da data de entrega definitiva e aceite formal do objeto pela contratante.

5.4.2. Durante o período de garantia, a contratada se obriga a reparar, corrigir, refazer ou substituir, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após notificação, quaisquer falhas ou defeitos constatados nos materiais ou nos serviços prestados, sem ônus para a Administração.

5.4.3. A garantia abrange eventuais vícios de fabricação, defeitos de materiais, falhas na fixação dos elementos gráficos, problemas de coloração, deformidades estruturais, perda de propriedades antiderrapantes, de absorção e de retenção de sujeira, entre outros aspectos que comprometam a funcionalidade ou a estética dos capachos.

5.4.4. Em caso de reincidência de defeitos em até 90 (noventa) dias após a primeira substituição ou reparo, a contratante poderá exigir, a seu critério, a substituição integral dos itens defeituosos por novos.

5.4.5. Os custos de transporte, deslocamento, substituição e demais encargos decorrentes da garantia correrão exclusivamente por conta da contratada.

5.4.6. A contratada deverá manter estrutura de atendimento e suporte técnico durante todo o período da garantia, com canal direto de comunicação (e-mail e telefone) e equipe capacitada para atendimento das demandas.

5.4.7. O prazo de garantia contratual dos serviços e materiais é aquele estabelecido neste Termo de Referência, de 24 (vinte e quatro) meses, sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), especialmente no que se refere à garantia legal mínima de 90 (noventa) dias para produtos duráveis.

## **6. Modelo de Gestão do Contrato**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Fiscalização**

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo (s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

### **Fiscalização Técnica**

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

#### **Fiscalização Administrativa**

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV)

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Gestor do Contrato**

6.18. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. Critérios de Medição e Pagamento

### Do recebimento

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo ( [Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021](#) e [arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#)).

7.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.6.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.6.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.6.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.6.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.6.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato,

em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.8.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.8.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.8.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.8.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.8.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.15. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SicaF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.16. A Administração deverá realizar consulta ao SicaF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ( Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.17. Constatando-se, junto ao SicaF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.19. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SicaF.

#### **Prazo de pagamento**

7.21. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.22. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

#### **Forma de pagamento**

7.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.23.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.



7.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.25. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.25.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

## 8. Forma e Critérios de Seleção

Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor e Regime de Execução

Forma de seleção e critérios de julgamento da proposta

8.1. o fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão eletrônico, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento menor preço.

### Regime de execução

8.2. o regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário, conforme previsto no Estudo Técnico Preliminar e nos normativos da Lei nº 14.133/2021.

### Exigências de habilitação

8.3. para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### Habilitação jurídica

8.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente, que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo território nacional;

8.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.7. sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da

Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.13. os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista.**

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto a impostos de qualquer natureza, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação econômico-financeira**

8.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

8.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

**Qualificação Técnica**

8.24. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurando a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.24.1. a declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinado pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação. **Outros comprovações**

8.24. declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da

Constituição Estadual;

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

#### **Outras Comprovações**

8.25. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

### **9. Estimativa do Valor da Contratação**

9.1. O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

### **10. Adequação Orçamentária**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 0001;
- II) Fonte de Recursos;
- III) Programa de Trabalho;
- IV) Elemento de Despesa: 15865.V) Plano Interno;

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao (s) exercício (s) financeiro (s) subsequente (s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**ANEXO I.1****ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR****1. Informações Básicas**

Número do processo: Sei: 057.00051983/2026-16

**2. Descrição da necessidade**

2.1. A presente contratação visa suprir uma necessidade real e premente das unidades de Policiamento de Choque. Destaca-se, especialmente, a necessidade do 4º Batalhão de Polícia de Choque e suas companhias subordinadas, bem como 5º Batalhão de Polícia de Choque, cuja localização em área intensamente arborizada e com extensas superfícies de solo natural (terra batida) expõe os ambientes internos a constantes ameaças de sujeira, poeira, barro e resíduos sólidos.

2.2. A instalação de capachos nos acessos principais e áreas de maior circulação se mostra medida indispensável para:

2.2.1. reduzir a entrada de partículas de sujeira nos ambientes internos;

2.2.2. proteger pisos, equipamentos e mobiliários;

2.2.3. diminuir a necessidade e frequência de limpezas e manutenções corretivas;

2.2.4. promover ambientes mais salubres e organizados para militares e visitantes.

2.3. A ausência de capachos compromete a conservação patrimonial e eleva os custos públicos com serviços de limpeza e manutenção, contrariando os princípios da eficiência e da economicidade, pilares que devem nortear toda e qualquer contratação pública. A necessidade dos capachos também atende ao princípio da continuidade do serviço público, na medida em que ambientes limpos e preservados asseguram melhores condições de trabalho, refletindo diretamente na qualidade das atividades.

2.4. Em termos simbólicos, a presença de um tapete capacho com a marca ou insígnia do Comando de Policiamento de Choque também representa um gesto de acolhimento e organização, refletindo o zelo da Polícia Militar com os seus próprios espaços e a forma como recebe seus servidores e visitantes.

2.5. Dessa forma, a aquisição de capachos para os Batalhões de Polícia de Choque justifica-se não apenas pela imprescindível melhoria das condições de limpeza, segurança e conservação do patrimônio, mas também pelo fortalecimento da imagem institucional da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Tal medida demonstra elevado grau de zelo, eficiência administrativa e comprometimento com a excelência no atendimento ao público interno e externo, refletindo atenção aos detalhes e respeito às condições de trabalho dos servidores e à recepção de autoridades, visitantes e da população em geral.

**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
CPChq	2º Sgt PM Rafael Diego Barbosa
1ºBPChq	1º Ten PM Matheus
4ºBPChq	1º Ten PM Migliore

**4. Descrição dos Requisitos da Contratação**

4.1. A contratação deverá contemplar o fornecimento de capachos confeccionados sob medida, conforme especificações, prazos e locais definidos, acompanhados da respectiva Nota Fiscal, na qual deverão constar, no mínimo, as informações relativas ao fabricante, procedência, prazo de garantia e validade do produto, quando aplicável.

4.2. Os materiais fornecidos deverão atender a padrões mínimos de qualidade, em conformidade com normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas à resistência ao desgaste, antiderrapância e solidez de cores, tais como ABNT NBR ISO 12947 e ABNT NBR ISO 105. Recomenda-se, sempre que possível, que os produtos atendam também a requisitos de segurança previstos em normativos estaduais de prevenção contra incêndio, incluindo propriedades autoextinguíveis ou tratamento antichamas.

4.3. Poderão ser solicitadas amostras dos materiais sempre que a Administração entender necessário para dirimir dúvidas quanto à qualidade, desempenho e adequação às especificações técnicas exigidas, as quais serão avaliadas pela comissão de planejamento ou por apoio técnico designado.

4.4. O fornecedor deverá declarar que todos os produtos fornecidos serão novos, sem uso anterior.

4.5. O fornecedor deverá responsabilizar-se por eventuais vícios ou defeitos dos produtos fornecidos, nos termos da legislação aplicável, comprometendo-se a substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, os materiais que apresentarem inconformidades.

4.6. A contratada deverá fornecer atestado de capacidade técnica.

4.7. A contratada deverá oferecer garantia mínima de 2 (dois) anos para os capachos fornecidos.

4.7.1. A garantia deverá ser oferecida por escrito.

4.8. A contratada deverá substituir, sem ônus para a contratante, os capachos que apresentarem defeitos de fabricação.

4.9. Ficará a critério da contratante impugnar e mandar substituir os materiais em desacordo com o projeto.

4.10. O prazo para entrega será de 30 (trinta) dias, a partir da emissão da Nota de Empenho, ou do prazo específico estipulado na Nota de empenho.

4.11. A nota fiscal/fatura apresentada pela empresa CONTRATADA deverá necessariamente, conter a descrição completa do serviço entregue e número da nota de empenho.

4.12. A entrega do material pela empresa Contratada, não implica em sua aceitação definitiva, que somente se caracterizará pelo ateste da Nota Fiscal/Fatura.

4.13. Se o material entregue estiver em desacordo com a especificação do Projeto Básico, o mesmo será devolvido à empresa CONTRATADA, sendo esta, responsável pela retirada dele, às suas expensas, para fins de substituição ou no caso de ocorrência de cancelamento da Nota de Empenho, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, sujeitando-se ainda a CONTRATADA às sanções previstas na legislação.

4.14. Especificação do material:

4.14.1. os capachos deverão ser confeccionados com fibra de nylon de alta performance, com filamentos entrelaçados termicamente, permitindo alta durabilidade e resistência a desgastes provocados por tráfego intenso;

4.14.2. a fibra de nylon deverá apresentar propriedades de raspagem eficaz contra partículas sólidas, poeira, lama e detritos transportados pelas solas dos calçados;

4.14.3. o nylon deverá ser resistente à absorção de água, com capacidade de reter umidade em sua estrutura sem comprometer a estabilidade do material, especialmente em dias chuvosos;

4.14.4. a superfície superior deverá possuir textura adequada à limpeza dos calçados, sem causar desconforto ao usuário ou desgaste precoce dos calçados;

4.14.5. a base dos capachos deverá ser em borracha nitrílica antiderrapante, que proporcione perfeita aderência ao piso, seja ele liso ou áspero, com resistência a óleos e outros produtos químicos de limpeza;

4.14.6. o conjunto deverá apresentar acabamento de bordas seladas, impedindo desfiamento ou deformações laterais, mantendo sua integridade mesmo após lavagens periódicas;

4.14.7. o material deverá permitir limpeza com equipamentos convencionais (aspiradores, lavadoras de piso e lavagens manuais) sem prejuízo às propriedades visuais e estruturais do produto;

4.14.8. o produto deverá ser inodoro, livre de substâncias tóxicas e seguro para uso em ambientes internos frequentados por pessoas com sensibilidade respiratória;

4.14.9. o material deverá ter solidez de cor frente à luz, lavagem e atrito, sem desbotamento precoce, conforme parâmetros da ABNT NBR ISO 105;

4.14.10. a gramatura mínima da superfície em nylon deverá ser de 900g/m<sup>2</sup>, conferindo robustez, estabilidade e longevidade ao produto;

4.14.11. Recomenda-se que o produto final possua resistência mínima de 2 anos em ambiente institucional de alto tráfego, com manutenção regular.

4.15. Distribuição dos capachos por Unidade:

4.15.1. **Comando de Policiamento de Choque:**

- 2 (dois) capachos medindo **1,70 m x 1,00 m**, com personalização institucional;
- 1 (um) capacho medindo **3,00 m x 3,00 m**, com personalização institucional;
- 2 (dois) capachos medindo **0,60 m x 0,80 m**, com personalização institucional.

4.15.2. **1º Batalhão de Polícia de Choque (1ºBPChq):**

- 35 (trinta e cinco) capachos medindo **1,35 m x 0,60 m**, com personalização institucional;
- 10 (dez) capachos medindo **0,80 m x 0,40 m**, com personalização institucional.

4.15.3. **4º Batalhão de Polícia de Choque (4ºBPChq):**

- 2 (dois) capachos medindo **2,40 m x 1,50 m**, com personalização institucional;
- 2 (dois) capachos medindo **1,50 m x 0,90 m**, com personalização institucional;
- 16 (dezesesseis) capachos medindo **0,90 m x 0,60 m**, na cor preta, com personalização institucional;

4.15.4. **4º Batalhão de Polícia de Choque - COE:**

- 7 (sete) capachos medindo **0,70 m x 0,50 m**, com personalização institucional da Companhia.

4.15.5. **4º Batalhão de Polícia de Choque - GATE:**

- (dois) capachos medindo **1,55 m x 0,70 m**, com personalização institucional;
- (três) capachos medindo **0,80 m x 0,80 m**, com personalização institucional.

4.15.6. **5º Batalhão de Polícia de Choque (CANIL):**

- 5 (cinco) capachos medindo **1,70 m x 1,30 m**, na cor azul royal, com símbolo institucional do Batalhão;
- 5 (cinco) capachos medindo **1,70 m x 1,30 m**, na cor preta, sem personalização.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. As soluções apresentadas neste estudo são consideradas viáveis, uma vez que há ampla oferta no mercado por parte de fornecedores especializados, o que possibilita concorrência efetiva e diversidade de propostas.

5.2. Em conformidade com a Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020, a pesquisa de preços para definição do valor estimado da contratação observou os



parâmetros I e III do art. 5º da referida norma, com levantamento de valores praticados por empresas do setor e extração de dados em fontes oficiais e portais especializados.

5.3. O mapa comparativo de preços, documento que consolida os valores apurados, será anexado ao presente Estudo Técnico Preliminar, servindo como base para composição do preço estimado da contratação.

5.4. Durante o levantamento de mercado, foram identificadas duas possibilidades para atendimento da demanda, sendo analisadas em termos de viabilidade técnica, operacional e econômica:

5.4.1. Primeira opção: contratação de serviço de costura para fabricação sob encomenda dos capachos institucionais.

5.4.1.1. Embora a contratação de serviço de costura personalizado possa atender à necessidade de produção específica dos capachos, essa modalidade apresenta limitações, como a exigência de aquisição separada de materiais compatíveis (nylon de alta resistência, borracha antiderrapante etc.), controle rigoroso da qualidade final, bem como disponibilidade de mão-de-obra qualificada para confecção conforme os padrões exigidos. A execução dessa alternativa demandaria acompanhamento técnico mais minucioso por parte da administração pública, além de eventuais riscos de atraso e variação no padrão estético dos produtos.

5.4.2. Segunda opção: aquisição direta dos capachos personalizados prontos, junto a fornecedores especializados.

5.4.2.1. A aquisição de capachos institucionais prontos, fabricados por empresas que atuam especificamente neste segmento, apresenta-se como a alternativa mais adequada e vantajosa. Essas empresas já operam com materiais certificados e dominam as técnicas de personalização gráfica, garantindo fidelidade visual aos brasões oficiais e resistência ao uso contínuo. Além disso, os capachos adquiridos vêm com as especificações adequadas ao uso em ambientes institucionais de alto tráfego, reduzindo riscos operacionais, otimizando prazos e assegurando o atendimento aos critérios técnicos exigidos.

5.5. Diante da análise comparativa, conclui-se que a contratação de empresa especializada para fornecimento dos capachos institucionais personalizados prontos, conforme modelo detalhado neste Estudo Técnico Preliminar, representa a solução mais eficiente, segura e econômica para atendimento das unidades do Comando de Policiamento de Choque da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. A contratação do serviço é mais viável do que a aquisição direta dos materiais.

6.1.1. A opção pela contratação de serviço especializado para a confecção de capachos institucionais personalizados se mostra mais vantajosa por diversas razões técnicas e operacionais. Empresas do ramo possuem domínio técnico, equipamentos adequados e experiência comprovada na produção sob demanda, atendendo com precisão às especificações de tamanho, material, resistência e personalização gráfica solicitadas.

6.1.2. A simples aquisição de capachos genéricos, ainda que de boa qualidade, não atenderia às necessidades institucionais da Polícia Militar do Estado de São Paulo, especialmente no que se refere à identidade visual, padronização dos brasões das unidades e adaptação às dimensões específicas dos pontos de instalação. A personalização gráfica exige domínio de técnicas específicas de impressão e resistência do material à abrasão e à umidade, o que torna indispensável a atuação de prestadores qualificados.

6.1.3. A contratação do serviço permite que cada unidade receba capachos produzidos sob medida, conforme levantamento técnico e visual aprovado, garantindo maior eficiência,

durabilidade e alinhamento com os padrões de apresentação da instituição. Essa alternativa também evita a necessidade de retrabalho ou adaptações posteriores, otimizando tempo, recursos e assegurando a plena funcionalidade do material entregue.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As quantidades estimadas a serem contratadas estão detalhadas no quadro demonstrativo apresentado abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UF	QUANTIDADE
1	Confecção tapete/capacho	UN	92

7.2. O objeto da presente contratação refere-se à prestação de serviço de confecção de capachos personalizados para atender às necessidades do 4º Batalhão de Polícia de Choque (4º BPChq), Companhia de Operações Especiais (COE), Grupo de Ações Táticas Especiais (GATE), Comando do Policiamento de Choque (CPChq), 5º Batalhão de Polícia de Choque (5º BPChq) e 1º Batalhão de Polícia de Choque (1º BPChq), conforme especificações constantes no anexo deste Estudo Técnico Preliminar.

7.3. A quantidade estimada para o serviço é de 20 (vinte) unidades para o 4º BPChq, 7 (sete) unidades para a Companhia COE, 5 (cinco) unidades para a Companhia GATE, 5 (cinco) unidades para o CPChq, 10 (dez) unidades para o 5º BPChq e 45 (quarenta e cinco) unidades para o 1º BPChq, totalizando 92 (noventa e dois) capachos personalizados.

7.4. Cada capacho deverá ser confeccionado em medida específica e conter personalização correspondente à respectiva unidade, garantindo a identidade visual e a padronização institucional.

7.5. A quantidade solicitada foi cuidadosamente dimensionada com base na demanda real de cada unidade, considerando a necessidade de identificação adequada dos espaços, a substituição de materiais antigos e o reforço da imagem organizacional.

7.6. A adoção de capachos personalizados visa não apenas à padronização estética institucional, mas também à preservação dos ambientes internos, atuando como barreira eficaz contra sujeira, poeira e detritos sólidos transportados pelos calçados, **especialmente em unidades com grande circulação de pessoas e extensas áreas de solo exposto**, como é o caso do **4º Batalhão de Polícia de Choque e do 5º Batalhão de Polícia de Choque**, nos quais há maior incidência de terra e material particulado.

7.7. A utilização de materiais de alta qualidade e de confecção sob medida assegurará maior durabilidade e resistência dos capachos, considerando as exigências do uso intensivo nas unidades de choque.

7.8. Dessa forma, a contratação dos 92 capachos personalizados, com medidas e personalizações específicos, mostra-se essencial para atender de maneira adequada às necessidades operacionais, administrativas e de conservação dos batalhões envolvidos.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 65.047,00

8.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 65.047,00 (sessenta e cinco mil e quarenta e sete reais).

Item	Especificação	CatServ	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Serviço de Confeção de tapetes /capachos	15865	Unidade	1	R\$ 65.047,00	R\$ 65.047,00

8.2. O levantamento de preços foi realizado em conformidade com o Decreto nº 67.888, de 17 de agosto de 2023, de forma que a mesma também poderá ser utilizada para fins de elaboração do Termo de Referência.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) constitui um único item de serviço, ou seja, um item em si comporta uma lista de serviços, de modo, que apenas uma empresa será a vencedora do item.

9.2. Nesse sentido, não se justifica o parcelamento do serviço, assim, a empresa contratada deverá realizar o serviço de uma só vez.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. No momento não existem contratações correlatas ao objeto pretendido neste ETP.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Esta contratação está alinhada com os planos institucionais e é objeto no Plano de Contratações Anual (PCA).

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A presente contratação visa à prestação de serviço de confecção de capachos personalizados, destinados a atender às necessidades dos batalhões de Polícia de Choque, buscando a uniformização da identidade visual, a conservação dos ambientes internos e a promoção da segurança e da imagem institucional. Os capachos serão confeccionados com dimensões específicas e personalização própria de cada unidade, respeitando as características particulares de cada organização militar envolvida.

12.2. No que se refere ao 4º Batalhão de Polícia de Choque (4º BPChq) e às suas Companhias especializadas — Companhia de Operações Especiais (COE) e Grupo de Ações Táticas Especiais (GATE) —, destaca-se que suas instalações possuem extensa área permeável, com predominância de solo natural, composto por gramados e vastos trechos de chão de terra batida. Tal configuração aumenta substancialmente o risco de introdução de partículas sólidas e resíduos no interior das edificações, especialmente em períodos de instabilidade climática. Nesses ambientes, a utilização de capachos adequados constitui medida essencial para a contenção da sujeira e para a manutenção das condições de higiene, reduzindo custos com limpeza e prolongando a vida útil das instalações.

12.3. De igual modo, o Canil do 5º Batalhão de Polícia de Choque (5º BPChq) apresenta características estruturais análogas, com amplas áreas térreas destinadas ao adestramento de cães e circulação do efetivo. As atividades desempenhadas nesse ambiente, aliadas à natureza do solo, tornam imperativa a adoção de mecanismos preventivos que impeçam a transferência de sujeira para os espaços internos, justificando plenamente a necessidade de capachos técnicos de alta durabilidade e desempenho.

12.4. Por sua vez, o 1º Batalhão de Polícia de Choque (1º BPChq) caracteriza-se pelo elevado fluxo diário de militares e visitantes, o que demanda capachos confeccionados com materiais de elevada resistência mecânica, aptos a suportar o desgaste proveniente do intenso tráfego de pessoas, assegurando, assim, a funcionalidade e a longevidade dos materiais fornecidos.

Dentre os benefícios a serem alcançados com a contratação destacam-se:

12.4.1. **Redução da entrada de sujeira e partículas sólidas**, os capachos atuarão como barreira física inicial contra terra, areia, poeira e detritos sólidos transportados pelas solas dos calçados, especialmente relevante em Unidades com extensas áreas de solo exposto, contribuindo para a manutenção da limpeza dos ambientes internos.

12.4.2. **Fortalecimento da identidade institucional**, mediante a padronização visual das unidades com a aplicação dos respectivos brasões oficiais;

12.4.3. **Aprimoramento das condições de segurança**, minimizando riscos de quedas e acidentes nas áreas de acesso;

12.4.4. **Melhoria na recepção e acolhimento**, transmitindo imagem de organização, disciplina e profissionalismo;

12.4.5. **Eficiência operacional**, com a adoção de soluções duráveis e adequadas às condições específicas de cada unidade.

12.4.6. Em razão das particularidades estruturais de cada batalhão e da necessidade de compatibilizar eficiência, padronização e conservação ambiental, a contratação do serviço de confecção de capachos personalizados revela-se imprescindível para a manutenção da excelência administrativa e operacional das unidades de Polícia de Choque.

### 13. Providências a serem Adotadas

13.1. Deverá ser designado servidor responsável pelo acompanhamento de todo o processo de entrega dos capachos, incumbindo-se da realização do recebimento provisório, nos termos do Estudo Técnico Preliminar, do Termo de Referência e do Edital de Licitação. Durante o recebimento, o servidor deverá proceder à verificação da conformidade dos capachos com as especificações estabelecidas, atentando-se para a qualidade dos materiais empregados, as dimensões definidas para cada unidade e a correta aplicação dos brasões de cada batalhão.

13.2. Deverão ser instituídos canais de comunicação eficientes entre a Administração e a empresa contratada, possibilitando a pronta resolução de eventuais inconsistências, divergências de especificação ou defeitos identificados no ato do recebimento, de modo a assegurar o estrito cumprimento das obrigações contratuais.

13.3. Considerando a natureza do objeto desta contratação, não há necessidade de realização de adequações estruturais nos locais de instalação dos capachos, uma vez que sua aplicação ocorrerá diretamente sobre as áreas de acesso previamente definidas, sem demanda por alterações físicas ou adaptações no ambiente.

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A contratação do serviço de confecção de capachos em nylon com base antiderrapante de borracha apresenta impactos ambientais específicos, relacionados principalmente à origem dos materiais utilizados, ao processo de fabricação e ao ciclo de vida útil do produto.

#### 14.2. Materiais:

14.2.1. O nylon, polímero sintético derivado do petróleo, caracteriza-se pela elevada resistência mecânica e longa durabilidade. No entanto, sua produção envolve emissões de gases de efeito estufa e consumo significativo de recursos naturais.

**14.2.2.** A base antiderrapante de borracha proporciona estabilidade e segurança no uso, mas, similarmente, sua fabricação a partir de compostos derivados de petróleo também implica impactos ambientais.

**14.2.3.** Apesar desses aspectos, a durabilidade elevada do conjunto (nylon + borracha) reduz a necessidade de substituições frequentes, mitigando o consumo de recursos a médio e longo prazo.

**14.3. Processo de Fabricação:**

**14.3.1.** O processo industrial de produção do capacho de nylon com base de borracha envolve a utilização de energia e insumos químicos, o que pode gerar emissões atmosféricas e resíduos industriais.

**14.3.2.** Empresas que adotam práticas de produção sustentável — como o reaproveitamento de resíduos, o uso racional de recursos hídricos e energéticos e o controle de emissões — contribuem para a redução dos impactos ambientais associados à fabricação.

**14.4. Ciclo de Vida:**

**14.4.1. Durabilidade:** Devido à resistência do nylon e da borracha, os capachos apresentam ciclo de vida prolongado, reduzindo a necessidade de reposição e, consequentemente, diminuindo os impactos ambientais relacionados à produção e ao descarte.

**14.4.2. Manutenção:** A superfície de nylon permite fácil limpeza, com menor consumo de água e de produtos químicos, promovendo práticas sustentáveis durante sua utilização.

**14.4.3. Descarte:** Ao final de sua vida útil, o descarte inadequado de materiais sintéticos pode contribuir para a geração de resíduos de difícil degradação e para a liberação de microplásticos. A destinação correta, preferencialmente para reciclagem ou reaproveitamento, é fundamental para mitigar esse impacto.

**14.5. Transporte:**

**14.5.1.** A logística de transporte dos capachos poderá gerar emissões de carbono, sobretudo se as unidades forem provenientes de localidades distantes. A priorização de fornecedores nacionais ou regionalizados pode minimizar esse impacto.

**14.6. Medidas de Mitigação:**

**14.6.1.** Selecionar fornecedores que adotem práticas de produção ambientalmente responsáveis e que possuam certificações de sustentabilidade.

**14.6.2.** Priorizar o uso de materiais recicláveis e estimular, sempre que possível, o correto descarte e a reciclagem dos capachos ao final de sua vida útil.

**14.6.3.** Optar por produtos de alta durabilidade, como o capacho de nylon com base antiderrapante de borracha, que, além de reduzir a frequência de substituições, demanda manutenção simples e de baixo impacto ambiental.

**15. Declaração de Viabilidade**

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

**15.1. Justificativa da Viabilidade**

A contratação para aquisição de capachos profissionais, sob medida e personalizados, mostra-se **tecnicamente viável, economicamente justificável e administrativamente adequada**, considerando as necessidades operacionais das Unidades do Comando de Policiamento de Choque.

Sob o aspecto **técnico**, o mercado dispõe de empresas especializadas capazes de fornecer capachos com elevado padrão de qualidade, resistência ao tráfego intenso, alta capacidade de retenção de sujeira e absorção de umidade, atendendo plenamente às especificações técnicas definidas neste Estudo Técnico Preliminar. Os materiais recomendados são

amplamente utilizados em ambientes institucionais de grande circulação, apresentando desempenho comprovado e durabilidade compatível com o uso pretendido.

Do ponto de vista **operacional**, a adoção de capachos adequados contribui diretamente para a preservação dos ambientes internos, segurança dos usuários e melhoria das condições de trabalho, especialmente em Unidades com grande fluxo de pessoas e áreas com incidência significativa de terra e poeira, reduzindo impactos negativos decorrentes da entrada de agentes contaminantes nos edifícios.

Quanto à **viabilidade econômica**, trata-se de aquisição de bens com custo unitário relativamente baixo quando comparado aos benefícios gerados ao longo de sua vida útil, especialmente no que se refere à redução de gastos com limpeza, manutenção predial e substituição de revestimentos danificados. A durabilidade esperada dos capachos profissionais assegura adequada relação custo-benefício, em consonância com os princípios da economicidade e eficiência da Administração Pública.

Sob o aspecto **administrativo e legal**, a contratação está em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021, sendo caracterizada como fornecimento de bens comuns, passível de contratação junto a empresas especializadas, conforme práticas adotadas no âmbito do Compras.SP e da PMESP. Não se identificam impedimentos técnicos, jurídicos ou orçamentários que inviabilizem a contratação, desde que observados os procedimentos legais aplicáveis.

Diante do exposto, conclui-se que a contratação pretendida é **plenamente viável**, necessária e adequada para atendimento das demandas institucionais das Unidades do Comando de Policiamento de Choque, representando solução eficiente, segura e economicamente vantajosa para a Administração Pública.

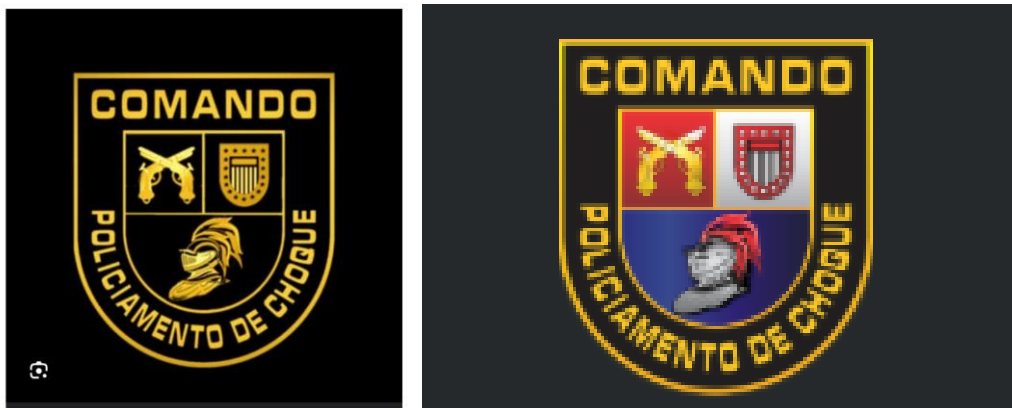


ANEXO I.2

ARTES E MEDIDAS DOS TAPETES E CAPACHOS

a) Comando de Policiamento de Choque – CPChq

- 2 (dois) capachos medindo **1,70 m x 1,00 m**, com personalização institucional;

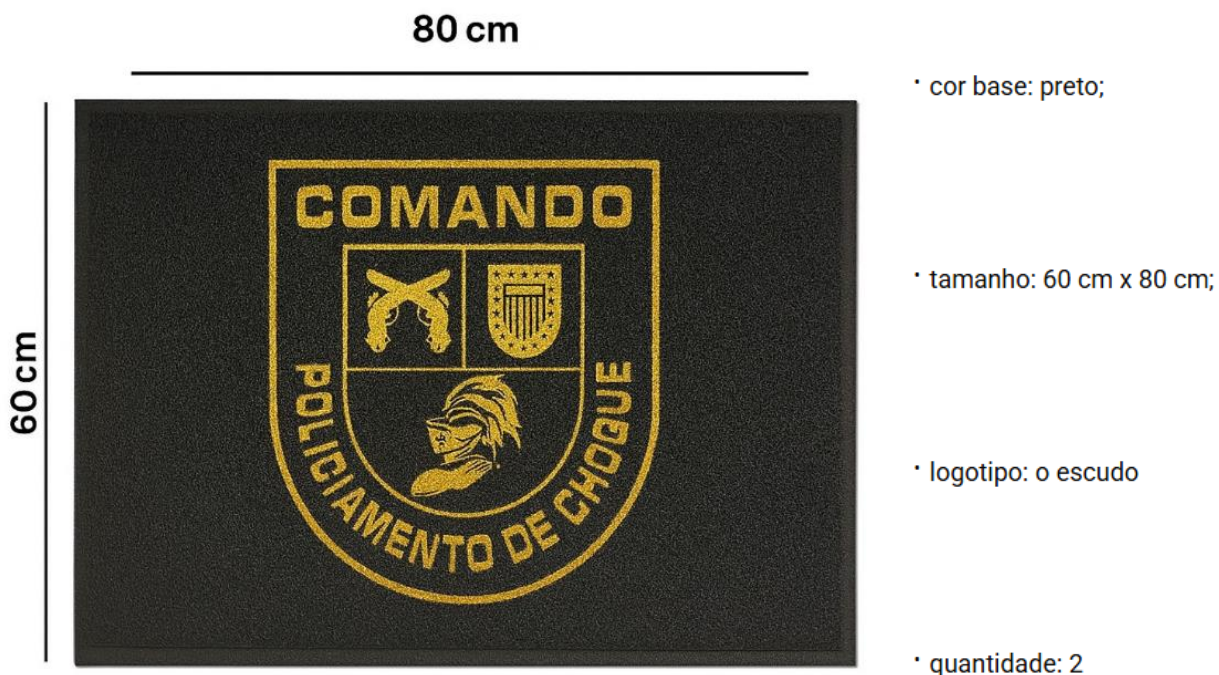


- 1 (um) capacho medindo **3,00 m x 3,00 m**, com personalização institucional;



Capacho 1:

- cor base: preto;
- tamanho: 3,00 m x 3,00 m
- tamanho do logotipo: escudo 1,5 m, com a escrita abaixo "COMANDO DE POLICIAMENTO DE CHOQUE"
- quantidade: 1
- 2 (dois) capachos medindo **0,60 m x 0,80 m**, com personalização institucional.



**b) 1º Batalhão de Polícia de Choque – 1º BPChq**



Os capachos devem ser confeccionados em material de alta resistência, de uso profissional, com propriedades de absorção de água, retenção de sujeira, durabilidade prolongada, antiderrapante e com acabamento emborrachado.

Material da superfície (Fibra): 100% poliamida (nylon 6.6), fibra de alta performance, com tratamento térmico e tintura de alta fixação.

A poliamida é superior ao polipropileno por apresentar maior absorção de umidade (essencial para secagem de calçados molhados), maior resistência à abrasão e ao desbotamento, maior resiliência e durabilidade.

Altura do pelo: 8mm (+/- 1mm);

Gramatura da superfície têxtil:  $\pm 900 \text{ g/m}^2$ .

Base antiderrapante: 100% borracha nitrílica (NBR) ou PVC de alta densidade, com espessura de no mínimo 2,5 mm, com reforço antiderrapante. A base deverá ser inteiriça, resistente à torção, antifadiga, antichama, e apresentar propriedades antiderrapantes em piso seco e molhado. A base deverá apresentar bordas rebaixadas (chanfradas) nas quatro extremidades, para prevenir tropeços e facilitar o tráfego de pessoas.

- 35 (trinta e cinco) capachos medindo **1,35 m x 0,60 m**, com personalização institucional;
- 10 (dez) capachos medindo **0,80 m x 0,40 m**, com personalização institucional.

**c) 4º Batalhão de Polícia de Choque – 4º BPChq**

- 2 (dois) capachos medindo **2,40 m x 1,50 m**, com personalização institucional;



- 2 (dois) capachos medindo **1,50 m x 0,90 m**, com personalização institucional;



- 16 (dezesseis) capachos medindo **0,90 m x 0,60 m**, na cor preta, com personalização institucional.

**d) 4º Batalhão de Polícia de Choque – Companhia de Operações Especiais (COE)**

- 7 (sete) capachos medindo **0,70 m x 0,50 m**, com personalização institucional da Companhia.



Tamanho dos capachos: 70x50 cm (cxa)

Tamanho do logo: 30x45

**e) 4º Batalhão de Polícia de Choque – Grupo de Ações Táticas Especiais (GATE)**



- 2 (dois) capachos medindo **1,55 m x 0,70 m**, com personalização institucional;
- 3 (três) capachos medindo **0,80 m x 0,80 m**, com personalização institucional.

**f) 5º Batalhão de Polícia de Choque – Canil (5º BPChq)**

- 5 (cinco) capachos medindo **1,70 m x 1,30 m**, na cor azul royal, com símbolo institucional do Batalhão;
- 5 (cinco) capachos medindo **1,70 m x 1,30 m**, na cor preta, sem personalização.



ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO  
COMANDO DE POLICIAMENTO DE CHOQUE  
UASG – 180.168



PREGÃO ELETRÔNICO Nº PR-168/0015/2026

(Processo Administrativo nº 057.00051983/2026-16)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº  
**CPCHQ-XXX/16/2026**, CELEBRADO  
ENTRE O(A) GOVERNO DO ESTADO DE  
SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DO(A)  
COMANDO DE POLICIAMENTO DE  
CHOQUE E

.....

O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, por intermédio do(a) COMANDO DE POLICIAMENTO DE CHOQUE, com sede no(a) RUA DR. JORGE MIRANDA, 789 – LUZ, SÃO PAULO/SP, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 04.198.514-0021/06, neste ato representado(a) pelo(a) ROGERIO NERY MACHADO, nomeado(a) pela PUBLICAÇÃO NO DOE DE 30 DE MARÇO DE 2026, inscrito(a) no CPF sob o nº XXXXXX, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a) XXXXX, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº XXXXX, sediado(a) na XXXXX, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por XXXXX, inscrito(a) no CPF sob o nº XXXXX, conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 057.00080556/2026-45 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº PR-168/0023/2026, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **Serviço de Confecção de Tapetes e Capachos Personalizados para o CPChq e Unidades Subordinadas**, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de



Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do Contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano, contados do(a) emissão da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. A forma de fornecimento, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.



**5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1. **O valor total da contratação é de R\$..... (.....)**

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

**6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a \_\_/\_\_/\_\_ (DD/MM/AAAA).

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

**8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 30 (trinta) dias para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.11. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.2. Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades e pelos contatos com o Contratante;

- 9.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- 9.1.4. Comunicar ao Contratante, assim que possível e com a devida antecedência em relação à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso ocorrida tal circunstância;
- 9.1.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.1.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.1.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;
- 9.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do artigo 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- 9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.1.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.1.14. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.17. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iv. **Multa**:
  - I. **Multa Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite 30 (trinta) dias;**
  - II. **Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2 % (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para suplementação ou reposição da garantia;**
  - III. **O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;**
  - IV. **Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do item 12.1 de 0,5% a 10% do valor do Contrato;**
  - V. **Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do item 12.1, de 0,5% a 10% do valor do Contrato;**
  - VI. **Para infração descrita na alínea “b” do item 12.1, a multa de 10% a 30% do valor do Contrato;**
  - VII. **Para infrações descritas na alínea “d” do item 12.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato;**
  - VIII. **Para a infração descrita na alínea “a” do item 12.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:**
    - IX. **De 10 % (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, em caso de não apresentação, no prazo fixado pela fiscalização contratual, dos documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações trabalhistas e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato (art. 50, da Lei n.º 14.133, de 2021), nas hipóteses previstas no Termo de Referência.**
- iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por



cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais as sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão: 0001 (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO)

II. Unidade: 180.168 (COMANDO DE POLICIAMENTO DE CHOQUE)

III. Fonte de Recursos: 150.010.001 (TESOURO GERAL)

IV. Programa de Trabalho Resumido: 280311 (SUPORTE A GESTAO DE DEFESA CIVIL)

V. Natureza de Despesa: 44405201 (EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES – TRANSFERÊNCIAS E MUNICIPIOS)

14.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.4. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, na data da última assinatura digital

---

CONTRATANTE

---

CONTRATADO

---

TESTEMUNHA 1

---

TESTEMUNHA 2

**ANEXO III**

**MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA**

<b>RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA</b>					
<b>CNPJ</b>					
<b>RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA</b>					
<b>CPF</b>					
<b>INSCRIÇÃO ESTADUAL</b>					
<b>ENDEREÇO</b>					
<b>TELEFONE</b>					
<b>E-MAIL</b>					
<b>CONTA BANCÁRIA (BANCO DO BRASIL)</b>					
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UNIDADE DE MEDIDA</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>VALOR UNITÁRIO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
1	TAPETES E CHAPACHOS	UNIDADE	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>VALOR TOTAL POR EXTENSO</b>					